

**CIÊNCIAS HUMANAS, INTERDISCIPLINARIDADE E HISTÓRIA ORAL:
REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS PARA UMA ECOLOGIA DOS SABERES**

**HUMAN SCIENCES, INTERDISCIPLINARITY AND ORAL HISTORY:
EPISTEMOLOGICAL REFLECTIONS FOR AN ECOLOGY OF
KNOWLEDGE**

Thaila Bastos da Fonseca¹

RESUMO

O presente trabalho visa, sobretudo, fazer uma reflexão teórica e epistemológica acerca das Ciências Humanas e todo arcabouço multidisciplinar que este campo de pesquisa agrega. O enfoque central será enfatizar a importância da pesquisa em ciências humanas e sua interdisciplinaridade nas instituições de ensino, como também a utilização da história oral dentro de uma perspectiva interdisciplinar como estratégia de ultrapassar as fronteiras disciplinares. Neste aspecto, torna-se relevante os diálogos com a interdisciplinaridade, no intuito de superar o problema da fragmentação do conhecimento e refletir uma epistemologia dentro da ecologia dos saberes.

Palavras-chave: Ciências Humanas, Interdisciplinaridade, História Oral, Saberes.

ABSTRACT

The present work aims, above all, to make a theoretical and epistemological reflection about the Human Sciences and all the multidisciplinary framework that this field of research brings together. The central focus will be to emphasize the importance of research in human sciences and its interdisciplinarity in educational institutions, as well as the use of oral history within an interdisciplinary perspective as a strategy to overcome disciplinary boundaries. In this aspect, dialogues with interdisciplinarity are relevant, in order to overcome the problem of fragmentation of knowledge and reflect an epistemology within the ecology of knowledge.

Keywords: Human Sciences, Interdisciplinarity, Oral History, Knowledge.

INTRODUÇÃO

As ciências humanas surgem no século XIX guiadas pelo positivismo, pois antes disso era impossível pensar este campo epistemológico como ciência constituída. O homem como ser cultural e histórico não existia, assim o mesmo era analisado e pensado dentro de uma perspectiva binária: homem/natureza. Desse modo, não eram levados em consideração seus aspectos culturais, como suas crenças, valores, costumes, tradições, conhecimentos e práticas tradicionais. Nesse sentido, as ciências das

¹ Licenciada em Letras-Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Amazonas (CEST/UEA). Licenciada em Letras-Língua Inglesa (CEST/UEA/PARFOR). Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e suas Literaturas (CEST/UEA). Mestra em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UEA). Professora na Rede Estadual de Ensino (SEDUC-TEFÉ). thailabastos@yahoo.com.

humanidades emergem com o intuito de vê e pensar o homem como ser complexo e produtor de culturas. Posto que, “elas aparecem no dia em que o homem se constituiu na cultura ocidental”. (FOUCAULT, 2007, p. 476)

Neste sentido, Foucault (2007) afirma que a ideia de que o corpo age somente fisiologicamente é inadmissível, porque o homem deve ser estudado tanto como um ser animalizado, como também um ser histórico e cultural. Apesar das ciências humanas serem uma descoberta recente, o autor alega que elas já estão em seu declínio. E é dentro desta perspectiva, que o mesmo destaca a importância da psicanálise, afim de que possamos compreender a complexidade humana em sua completude.

A nossa natureza é diversa e bastante complexa, e se não for olhada desta forma, o homem está condenado ao desaparecimento. A importância da pesquisa neste campo epistemológico é fundamental para compreendermos que o ser humano não possui apenas uma forma particular, ele é um todo integrado. As ciências humanas “pretendem percorrê-lo em suas manifestações empíricas” (FOUCAULT, 2007, p. 480). Além disso, o autor afirma que as ciências das humanidades são consideradas perigosas, pois não se enquadram em um modelo matematizável, ou a conceitos tomados à biologia, à economia e às ciências da linguagem. Destacando ainda que:

É talvez essa repartição nebulosa que torna as ciências humanas tão difíceis de situar, que confere sua irredutível precariedade à localização destas no domínio epistemológico, que as faz aparecer ao mesmo tempo como perigosas e em perigo. Perigosas, pois representam para todos os outros saberes como que um risco permanente: por certo, nem as ciências dedutivas, nem as ciências empíricas, nem a reflexão filosófica, desde que permaneçam na sua dimensão própria, arriscam-se a “passar” para as ciências humanas ou encarregar-se de uma impureza (FOUCAULT, 2007, p. 480).

Diante do exposto, as ciências humanas são vistas como perigosas, uma ameaça, pois só são aceitas como ciência de fato, a partir do momento em que convêm as outras ciências. Elas se tornam uma ameaça para o modo de pensar cartesiano, cujo qual, para explicar algo, sempre procurou analisar as coisas dentro de uma perspectiva binária e não complexa. Assim, o que justifica a incerteza das ciências humanas como ciência é a complexidade da sua configuração epistemológica. Pois as mesmas não podem ser pensadas dentro de um campo disciplinar, posto que, o homem não é um ser vivo que tem uma forma particular, ele é diverso, dinâmico, cultural, histórico, complexo e acima de tudo, é um animal que desenvolve a mente. Portanto, a importância da psicanálise

para as ciências humanas é concretizar um ato do pensamento humano e compreender a complexidade humana em sua completude.

A pesquisa no campo epistemológico das ciências humanas possui algumas especificidades, pois nelas a ciência do homem se apresenta dentro de uma perspectiva pluralista e não particular. Certamente a adoção de múltiplas abordagens teórico-metodológicas é necessária para abordar as atribuições de significado, práticas e representações do homem. Elas se direcionam aos sujeitos na medida em que eles vivem, falam, produzem e partilham conhecimentos. Para Foucault (2007) nas ciências humanas o homem:

É como um ser vivo que ele cresce, que tem funções e necessidades, que vê abrir-se um espaço cujas coordenadas móveis ele articula em si mesmo; de um modo geral, sua existência corporal fá-lo entrecruzar-se, de parte a parte, com o ser vivo; produzindo objetos e utensílios, trocando aquilo de que tem necessidade, organizando toda uma rede de circulação ao longo da qual perpassa o que ele pode consumir e em que ele próprio se acha definido como elemento de troca, aparece ele em sua existência imediatamente imbricado com os outros; enfim porque tem uma linguagem, pode constituir para si todo um universo simbólico, em cujo interior se relaciona com o seu passado, com coisas, com outrem, a partir do qual pode imediatamente construir alguma coisa com um saber (particularmente esse saber que tem de si mesmo e do qual as ciências humanas desenharam uma das formas possíveis) (FOUCAULT, 2007, p. 485-486).

Assim a produção científica no âmbito das ciências das humanidades volta-se para o conhecimento, a compreensão das condições, existência, vivências e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas, políticas e suas formas de subjetividade e comunicação. Ela propõe uma abordagem interdisciplinar e uma nova perspectiva de pensar a ciência na academia rompendo com o modelo cartesiano, e caminhando para um paradigma emergente. Trata, sobretudo, de privilegiar as variadas formas de conhecimento desmistificando a ideia do pensar fragmentado estabelecendo diálogos coma ciência pós-moderna.

Não há dúvidas que, nos últimos anos, as inúmeras ampliações no campo do saber foram constantes, cujas quais, contribuiram para a especialização crescente do conhecimento, como também nas criações de novos campos disciplinares. Esses campos difundiram-se de maneira totalmente desarmônica, que foram impedindo as pessoas de terem uma visão totalitária das coisas e da realidade. Neste contexto, o conhecimento tem se mostrado excessivamente fragmentado, principalmente nas esferas acadêmicas.

Assim, torna-se relevante estabelecer diálogos com a interdisciplinaridade, no intuito de superar o problema da fragmentação do saber.

Para Morin (2002), o termo disciplina culminou com o surgimento de vários ramos ou especializações no âmbito da ciência, no século XIX, e, ao longo do século XX. Para uma visão mais sofisticada o autor apresenta a disciplina como:

[...] uma categoria que organiza o conhecimento científico e que institui nesse conhecimento a divisão e a especialização do trabalho respondendo à diversidade de domínios que as ciências recobrem. Apesar de estar englobada num conjunto científico mais vasto, uma disciplina tende naturalmente à autonomia pela delimitação de suas fronteiras, pela linguagem que instaura, pelas técnicas que é levada a elaborar ou a utilizar e, eventualmente, pelas teorias que lhe são próprias. (MORIN, 2002, p. 37).

Diante da constatação acima, o termo disciplina não passa de um mero conjunto de conhecimentos ministrados nas instituições de ensino dentro das suas respectivas matérias. É uma espécie de conhecimento institucionalizado sem qualquer diálogo com os outros campos de conhecimentos. Esta problemática se justifica pelo fato de que desde os primórdios de nossa trajetória educacional somos estimulados a separar o conhecimento em disciplinas em vez de correlacioná-las, levados a dissociar os problemas em vez de questioná-los e a reduzir o complexo ao simples. Assim, foi neste contexto de separação dos saberes, de separação em disciplinas, de “isolacionismo”, de superespecialização que o sistema de ensino e as pesquisas se fundamentaram.

Dessa forma, um conhecimento construído a partir de uma visão fragmentada da realidade, direciona o indivíduo à incapacidade de percebê-la em sua totalidade. Diante da enorme gama de informações produzidas diariamente na sociedade complexa e dinâmica atual, exige-se um novo pensar sobre as disciplinas e os currículos institucionais. Além disso, são necessárias novas posturas e comportamentos diante do conhecimento científico, pois este deve “dialogar com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas” (SANTOS, 2010, p. 88).

Dentro desta perspectiva, Fazenda (2008) enfatiza que a “interdisciplinaridade” caracteriza-se por ser uma atitude de busca, de inclusão, de acordo e de sintonia diante do conhecimento. Portanto deve-se propor um pensar globalizado para por fim nos limites entre as disciplinas. Além disso, a interdisciplinaridade garante inúmeras possibilidades de olhar um mesmo fato.

Neste contexto, Edgar Morin (2003) diz que é necessária a reforma do pensamento, como também a reforma do ensino, no intuito de afugentar a fragmentação do mesmo. Em contrapartida, sem a reforma das instituições, continuaremos com um pensar fraturado. Para o autor:

[...] a reforma necessária do pensamento é aquela que gera um pensamento do contexto e do complexo. O pensamento contextual busca sempre a relação de inseparabilidade e as inter-retroações entre qualquer fenômeno e seu contexto, e deste com o contexto planetário. O complexo requer um pensamento que capte relações, inter-relações, implicações mútuas, fenômenos multidimensionais, realidades que são simultaneamente solidárias e conflitivas (como a própria democracia, que é o sistema que se nutre de antagonismos e que, simultaneamente, os regula), que respeite a diversidade, ao mesmo tempo que a unidade, um pensamento organizador que conceba a relação recíproca entre todas as partes (MORIN, 2005, p. 23).

Diante do exposto, o autor destaca que somente o pensamento complexo sobre uma realidade também complexa pode fazer avançar a reforma do pensamento na direção da contextualização, da articulação e da interdisciplinarização do conhecimento produzido pela humanidade. Assim, a necessidade da interdisciplinaridade no âmbito da pesquisa é de extrema relevância, visto que contribui na superação de uma visão fragmentada no processo de produção e socialização do conhecimento, como também, sua especialização. Ela contribui para a integração entre as ciências e o rompimento com a fragmentação de saberes, permitindo um melhor entendimento entre o todo e as partes que a constituem.

Contudo, quando falamos em interdisciplinaridade é impossível pensarmos na ideia de algo uno e estático, por se tratar de um termo que está em constante evolução e que vem sendo bastante discutido no campo das ciências. É importante destacar que foi no campo das ciências humanas que a interdisciplinaridade emergiu com mais potência, no intuito de superar a fragmentação e a especialização do conhecimento frutos de uma epistemologia positivista. Fazenda (2008) afirma que as discussões acerca da interdisciplinaridade convergem desde a década de 1960, buscando sentidos existenciais para este conceito. A autora ainda afirma que:

O conceito de interdisciplinaridade, como ensaiamos em todos nossos escritos desde 1979 e agora aprofundamos, encontra-se diretamente ligado ao conceito de disciplina, onde a interpenetração ocorre sem a destruição básica às ciências conferidas. Não se pode de forma alguma negar a evolução do conhecimento ignorando sua história. Assim, se tratamos de interdisciplinaridade na educação, não podemos permanecer apenas na

prática empírica, mas é necessário que se proceda a uma análise detalhada dos porquês dessa prática histórica e culturalmente contextualizada. (FAZENDA, 2008, p. 21).

Diante da constatação acima, a interdisciplinaridade surge então da necessidade de uma resposta para a desfragmentação das disciplinas, ela é um diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, uma estratégia de se trabalhar o conhecimento em sua completude. A interdisciplinaridade busca ultrapassar uma concepção fragmentada para uma concepção unitária, e “para isso é necessária uma outra forma de conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos,” (SANTOS, 2010, p. 85). Assim, o espaço do conhecimento científico deve ser um lugar de constantes reflexões e partilha de conhecimentos.

Partindo deste pressuposto, a interdisciplinaridade é muito mais do que a integração de conteúdos. Ela permite o diálogo entre os campos disciplinares para compreender as múltiplas interpretações da realidade e constituição dos conhecimentos. De acordo com Morin (2000), as disciplinas como estão estruturadas só servirão para isolar os objetos do seu meio e isolar as partes de um todo. As pesquisas devem romper com essas fragmentações para mostrar as correlações entre os saberes, a complexidade da vida e dos problemas que hoje existem. Caso contrário, será sempre ineficiente e insuficiente para os cidadãos do futuro.

Nesta perspectiva, Santos (2000) afirma que é preciso redescobrir a tradição e mostrar as ausências, as invisibilidades, os temas que foram deixados na sombra, no obscuro, sem luminosidade. A verdade é que para este autor, esta nova forma de conhecimento se autoconcedeu como um novo começo, uma ruptura com o modelo cartesiano, ou melhor, uma revolução científica. Nesse sentido:

Todos os conhecimentos sustentam práticas e constituem sujeitos. Todos os conhecimentos são testemunhais porque o que conhecem sobre o real (a sua dimensão ativa) se reflete sempre no que dão a conhecer sobre o sujeito do conhecimento (a sua dimensão subjetiva). Ao questionarem a distinção sujeito/objeto, as ciências da complexidade dão conta deste fenômeno, mas confinam-no às práticas científicas. A ecologia dos saberes expande o caráter testemunhal dos acontecimentos de forma abarcar igualmente as relações entre o conhecimento científico e o não científico, alargando deste modo o alcance da intersubjetividade como interconhecimento e vice-versa. (SANTOS, 2000, p. 58).

Diante do exposto, evidenciar toda e qualquer forma de conhecimento através da conservação das memórias de pessoas antigas é possível. Santos (2010) reconhece que,

através de uma ecologia de saberes, se expande o caráter testemunhal dos conhecimentos de forma a abarcar igualmente as relações entre o conhecimento científico e não científico, alargando deste modo o alcance da intersubjetividade com o interconhecimento e vice-versa. As memórias oferecem uma produção recente, porém quando analisadas podem propiciar novos campos de pesquisa. Elas estão carregadas de conhecimentos intersubjetivos, mas, sobretudo, de caráter testemunhal que promovem o conhecimento da historiografia do lugar onde as pessoas vivem.

Para o autor é necessário privilegiar outras formas de conhecimentos, pois as crenças são parte integrante da nossa identidade. A história oral proporciona um diálogo vivo entre o passado e o presente, assim como a recuperação das memórias locais sob diferentes percepções. As reminiscências permitem o diálogo com variadas formas de conhecimentos. Para o autor, o “conhecimento do senso comum tende a ser um conhecimento mistificado e conservador, mas, apesar disso, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico”. (SANTOS, 2010, p. 89).

Nesta perspectiva Alberti nos mostra a riqueza da história oral para a percepção histórica:

Uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas. Essa noção é particularmente desenvolvida em textos alemães, em que recebe o nome de “História de experiência” (Erfahrungsgeschichte) e aparece em combinação com a ideia de mudança de perspectiva (Perspektivenwechsel). Em linhas gerais, essa combinação significa o seguinte: entender como as pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas. [...] A capacidade de a entrevista contradizer generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica-e nesse sentido permite a mudança de perspectiva. (ALBERTI, 2006, p. 165).

Assim, a história oral propicia a representação da realidade de acordo com a perspectiva de cada entrevistado, não tende a representá-la como ela é de fato, pois cada ser humano possui um relacionamento com a sua memória, mas na forma como elas vão surgindo em suas lembranças. Benjamin salienta que “tudo o que é lembrado, pensado, conscientizado, torna-se alicerce, moldura, pedestal, fecho de seus pertences” (BENJAMIN, 1987 p. 228). Deste modo, essa metodologia enriquece as pesquisas de diversas áreas disciplinares, visto que tente a apresentar várias perspectivas de abordagens das questões sociais, políticas, culturais e econômicas. Além de trazer

assuntos relativos aos acontecimentos e processos que não se encontram registrados em documentos escritos, este método acarreta inúmeras possibilidades de escrita da história.

A história oral possibilita também uma abordagem interdisciplinar, pois além de redimensionar os aspectos culturais do local onde essas pessoas vivem, evidencia suas histórias, suas crenças, seus valores e tradições contribuindo para a construção identitária das pessoas deste local. É importante ressaltar que a construção de identidades pessoais e sociais está relacionada à memória, já que tanto no plano individual quanto no coletivo ela permite que cada geração estabeleça vínculos com as gerações anteriores. Os indivíduos, assim como as sociedades, procuram preservar o passado como um guia que serve de orientação para enfrentar as incertezas do presente e do futuro.

Neste aspecto, ao estabelecer vínculos com as gerações anteriores por intermédio da memória, o indivíduo cria em sua mente todo um arcabouço histórico e cultural. Através de suas reminiscências o ser humano dialoga com várias disciplinas como o contexto histórico do local onde viveu, sua organização cultural, sua organização política e social. Esses aspectos ao serem preservados posteriormente servirão de fontes históricas às sociedades vindouras, como também à reflexão crítica acerca da realidade social e, sobretudo, referência para o processo de construção das identidades destes sujeitos e de seus grupos sociais. A utilização da História Oral como fonte de pesquisa, no complemento, justificação e como recurso alternativo não só enriquece o trabalho de pesquisa, como também valoriza os 'atores sociais' tornando-os sujeitos-agentes de sua própria história.

Ao se trabalhar a História Local dentro de uma perspectiva interdisciplinar, as instituições de ensino possibilitam as pessoas a compreensão do passado e do presente, levando-os a construção de sua identidade. Essa temática permite que o pesquisador parta das histórias individuais e dos grupos, inserindo-as em contextos mais amplos. Com a abordagem da História Local as pessoas passam gradativamente a observar e perceber os aspectos culturais do local onde vivem resignificando, registrando e valorizando-os. Com isso, os mesmos passam a compreender que as realidades históricas de determinada localidade e de seus habitantes no tempo não se dão de formas isoladas do mundo, mas como parte do processo histórico em que populações locais constroem suas identidades culturais e sociais, e que estas identidades são diversas, e merecem respeito e valorização.

Assim, o trabalho da valorização das histórias oriundas do imaginário popular é uma possibilidade de resistência que pode fortalecer e reafirmar as identidades locais levando a sua legitimação. Para lidar com a fragmentação e o distanciamento das suas tradições no presente é necessário um retorno ao passado através das lendas, das histórias antigas, das tradições e costumes. Visto que, é preservando, registrando, ressignificando e entendendo o motivo que essas práticas tradicionais, bem como os usos e crenças de uma comunidade deixaram de existir que construímos e legitimamos nossa identidade no presente.

A história oral é fundamentada nas experiências humanas, pois, a história de muitas pessoas pode elucidar a compreensão de acontecimentos históricos do passado e refleti-los no presente. As narrativas orais, frutos do imaginário lendário de determinado povo, oferece uma produção recente, porém quando analisadas podem propiciar novos campos de pesquisa. O método de história oral possibilita o registro das memórias através das reminiscências, como também a reinterpretação do passado, pois segundo Walter Benjamin, no prefácio do livro *A voz do passado*, diz: “... qualquer um de nós é uma personagem histórica.” (THOMPSON, 1992, p.19). Neste aspecto, a utilização do método história oral é de grande relevância, pois contribui para a preservação e ressignificação da tradição oral de um povo. Assim Sônia Maria de Freitas, no prefácio do livro *A voz do passado* afirma:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos. (THOMPSON, 1992, p.17).

Desse modo, pode-se perceber o quanto é importante a presença das pessoas como testemunhas do passado, pois ao ouvi-las, percebemos que elas têm sempre algo de importante a nos dizer e que pode contribuir para a construção histórica de determinado povo. Thompson (1992) percebeu a riqueza e a importância da memória dos sujeitos anônimos, e como o jeito do entrevistado contar “estórias” sobre o passado era uma alternativa perfeita para a história social. Neste aspecto, a História Oral é considerada como fonte identitária de um povo, capaz de retratar as realidades, as vivências e os modos de vida de uma comunidade em cada tempo e nas suas mais

variadas sociabilidades. Esse tipo de fonte não só permite a inserção do indivíduo, mas o resgata como sujeito no processo histórico produtor de histórias e feitos de seu tempo.

Alberti (2013) enfatiza que o trabalho com história oral exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes e posições, e por fim por sua visão de mundo. É essa visão de mundo que norteia seu depoimento e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados. Este método é um elemento indispensável para a compreensão histórica daquele grupo social, sua geração e contexto histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a finalidade dessas reflexões é ensinar a repensar o pensamento, a des-saber o sabido, a duvidar da sua própria vida, pois o verdadeiro problema não é apenas separar o conhecimento em fragmentos, não é apenas adicionar informações, o verdadeiro problema está na organização do conhecimento e dos saberes. Pois de acordo com Morin (2003) o verdadeiro conhecimento é aquele que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto, e se possível no contexto que está inscrito.

A ecologia dos saberes assenta na ideia pragmática de que é necessária uma reavaliação das intervenções e relações concretas na sociedade e na natureza que os diferentes conhecimentos proporcionam. Centra-se, pois, nas relações entre saberes, nas hierarquias que se geram entre eles, uma vez que nenhuma prática concreta seria possível sem estas hierarquias. Contudo, em lugar de subscrever uma hierarquia única, universal e abstrata entre os saberes, a ecologia dos saberes favorece hierarquias dependentes do contexto, à luz dos resultados concretos pretendidos ou atingidos pelas diferentes formas de saber.

Dessa forma, as lembranças narradas através das reminiscências não estão sozinhas elas são processadas de forma interdisciplinar. Visto que, essas histórias são narradas dentro de um contexto local que conseqüentemente colocará o pesquisadora entender uma realidade global. Assim, “na ecologia dos saberes deve dar-se preferência às formas de conhecimentos que garantam a maior participação dos grupos sociais envolvidos”. (SANTOS, 2000, p. 60). Desse modo, a história oral é uma possibilidade de evidenciar os saberes, garantindo o protagonismo dos sujeitos envolvidos na pesquisa e o diálogo em vários campos disciplinares.

Referências

- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Rua de Mão Única. São Paulo: Brasiliense, 1987, v. 2.
- FAZENDA, Ivani Arantes. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na formação de professores. Revista do centro de educação e letras da UNIOESTE, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 01, p. 93-103, 2008.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). O que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2008.
- FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas; tradução Salma Tannus Muchail. – 9ª. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. “Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea” In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). Usos e Abusos da História Oral. 3. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- MARINHO, José Lino do Nascimento. Contar história, hábito e tradição: Uma ferramenta pedagógica eficaz no processo ensino aprendizagem. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2015.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. Produção textual: análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MORIN, Edgar. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento; tradução Eloá Jacobina, 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 128 p. [Resenha].
- MORIN, Edgar. Educação e complexidade os setes saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. Cortez Editora. São Paulo. 2010.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos Saberes. In Epistemologias do Sul. São Paulo: Ed. Cortez, 2010. (31-82).
- SANTOS, Boaventura de Souza. Epistemologias do Sul. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.
- THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. [1978].